



## **SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 106, DE 2000**

*Dispõe sobre a fixação dos  
coeficientes do Fundo de Participação dos  
Municípios.*

**Autor: Deputado OSMAR SERRAGLIO**

**Relator: Deputado FÉLIX MENDONÇA**

Art. 1º O número de habitantes utilizado no cálculo dos coeficientes individuais do Fundo de Participação dos Municípios – FPM de que trata o art. 91, § 2º, da Lei n.º 5.172, de 25 de outubro de 1996, com a redação estabelecida pelo Ato Complementar n.º 35, de 28 de fevereiro de 1967, e nos termos do art. 1º do Decreto-Lei n.º 1.881, de 27 de agosto de 1981, será revisto, a cada 10 (dez) anos, tomando por base o recenseamento demográfico realizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ressalvado o que preceitua o art. 2º desta Lei.

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se ao cálculo dos coeficientes dos Municípios, das Capitais e do Distrito Federal no Fundo de Participação dos Municípios.

§ 2º A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou a entidade que a substituir, fará publicar no Diário Oficial da União o resultado oficial do recenseamento demográfico por Município.

§ 3º O Tribunal de Contas da União terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da data de divulgação do resultado oficial do Censo Demográfico a que se refere o *caput*, para tornar pública a relação dos novos coeficientes individuais dos Municípios no FPM, incluídos os das Capitais e os dos Municípios que integram a Reserva do Fundo de Participação dos Municípios de que trata o art. 2º do Decreto-Lei n.º 1.881, de 27 de agosto de 1981.

Art. 2º A partir da contagem geral da população promovida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, no quinto ano da realização do recenseamento demográfico decenal, o número de habitantes por Município a que se refere o art. 1º desta Lei será atualizado e



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

servirá de base para estabelecer os novos coeficientes individuais do Fundo de Participação dos Municípios – FPM de que trata o art. 91, § 2º, da Lei n.º 5.172, de 25 de outubro de 1996, com a redação estabelecida pelo Ato Complementar n.º 35, de 28 de fevereiro de 1967, e nos termos do art. 1º do Decreto-Lei n.º 1.881, de 27 de agosto de 1981.

§ 1º O número de habitantes de cada Município, utilizado no cálculo dos coeficientes individuais do Fundo de Participação dos Municípios – FPM de que trata o art. 91, § 2º, da Lei n.º 5.172, de 25 de outubro de 1996, com a redação estabelecida pelo Ato Complementar n.º 35, de 28 de fevereiro de 1967, e nos termos do art. 1º do Decreto-Lei n.º 1.881, de 27 de agosto de 1981, será revisto a partir do ano seguinte ao da publicação oficial da contagem a que se refere o *caput* deste artigo, sendo mantido até o ano da publicação oficial dos resultados demográficos do novo censo.

§ 2º Aplicam-se ao disposto neste artigo as mesmas regras adotadas por ocasião do recenseamento demográfico a que se referem os §§ 1º, 2º e 3º do art. 1º desta Lei.

Art. 3º Após a realização do recenseamento demográfico ou da contagem geral da população de que tratam os arts. 1º e 2º desta Lei, o Município interessado poderá solicitar ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE a realização de uma contagem especial de população em seu território, caso não esteja de acordo com o seu enquadramento nos coeficientes do Fundo de Participação dos Municípios – FPM.

§ 1º A contagem especial de população de que trata o *caput* será custeada pelo Município interessado, sem qualquer ônus para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

§ 2º O Município, no ato da solicitação de que trata este artigo, deverá expor os motivos pelos quais pretende realizar a contagem especial de sua população, observado o disposto no art. 4º desta Lei.

Art. 4º O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, através de Resolução, fixará os critérios, sempre associados a fatos extraordinários ocorridos no Município após o recenseamento demográfico e a contagem geral da população em todo o País, que devem ser observados na solicitação pelos Municípios da contagem especial de população de que trata o art. 3º desta Lei.



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Art. 5º O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE terá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da solicitação a que se refere o art. 3º desta Lei, para realizar a contagem especial de população, tornando público o resultado 30 (trinta) dias após o encerramento da mencionada contagem.

Parágrafo único. O Tribunal de Contas da União terá o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data de divulgação do resultado oficial da contagem especial de população a que se refere o *caput*, para tornar pública a relação dos novos coeficientes do FPM dos Municípios que se candidataram àquela contagem.

Art. 6º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em                      de                      de 2006.

**Deputado FÉLIX MENDONÇA**  
**Relator**